

Resenha

LIMA, Edilene Coffaci; CÓRDOBA, Lorena (orgs.). *Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. 274pp.

Nicole Soares Pinto
(UnB)

Poucas são as questões que na ocasião de seu fraseado finalmente desestabilizam suas próprias condições de formulação. Com efeito, já era tempo da etnologia sul-americana desconfiar com maior fôlego de um de seus cânones mais originais e votivos, e perguntar-se de forma direta e etnográfica em que consiste, afinal, a(s) alteridade(s) dos Outros. Como e em que contextos ela se formula e revela, e de que modo descrevê-la, perseguindo, ao mesmo tempo, os modos nativos de diferenciação, e os efeitos que esses modos despertam naqueles até então sustentados por nós na empresa antropológica. Agora, graças aos esforços presentes em *Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana*, esse empreendimento tornou-se não só premente como incontornável.

O livro contém contribuições de diversos autores que se reuniram em 2009, na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, em Buenos Aires. Por iniciativa de Edilene Coffaci de Lima e Lorena Córdoba, coordenadoras do Grupo de Trabalho que dá nome à obra, foram organizados num belo volume artigos de autores largamente ambientados com seus campos de pesquisa, e que visam dar conta das versões indígenas a respeito da alteridade. Versões as quais vão muito além da dicotomia Índios e Brancos, e que, de resto, nos forçam a torcer muitas das nossas próprias versões, tais como as de grupo étnico, sub-grupos, coletivos e, no limite, a própria noção de humanidade, enquanto auto-evidente. É neste dinamismo das torções que se revelam os sufocamentos e dissolve-se a compacidade dos mundos antes produzidos por nossas descrições.

As contribuições estão organizadas segundo três conjuntos temáticos: “Guerra, Comércio e Redes de Intercâmbio”, “Modos de Classificação e Etnonímia” e “Figuras de Alteridade: mitos, práticas e rituais.” O campo de investigação vai do Chaco ao Piemonte Andino, passando pelo Brasil Central, as Guianas, o Alto Rio Negro e o Vale do Javari. Apesar destas divisões, todos os textos, ao reterem

atenção às acepções e objetificações de alteridade produzidos pelos grupos enfocados, carregam a belicosa vantagem de livrarem os ameríndios de se manterem (nas versões antropológicas) perpetuamente “estátuas de si mesmos”. Os artigos nos apresentam morfologias internamente múltiplas; socialidades inclusivas, isto é, abertas ao Outro; eventos criativos a ponto de transformarem as configurações dos coletivos humanos: redes de sujeitos dispostas a suspender as modulações não ambíguas (estáveis, pré-determinadas e recursivas) entre pessoas e coisas, sujeitos e objetos, natureza e cultura.

Neste sentido se estendem as investigações, seja acerca dos mal entendidos, seja das apropriações dos termos nominativos oficiais, em relação às auto-designações propriamente indígenas. É por intermédio dos (elásticos, contextuais e flexíveis) esquemas taxinômicos e denominações pluralizadoras comuns para classificar gente, que Denise Fajardo Grupioni lança fogo contra desejos substantivistas e revela formas estruturais de um *multi-verso* ameríndio, caracterizado por potencialidades ilimitadas do social. Ou, ainda, na etnografia dos modos de se marcar uma posição em relação a outros povos indígenas, e das exigências políticas microescalares que processos de etnização dão lugar. Este é o caso dos Katukina (pano), os contemporâneos Noke Kuin e seus percursos transformativos de *pronome à identidade coletiva autêntica*, passando por empréstimos e disputas acerca de mulheres, músicas, tatuagens, secreções de rãs, etc. O que enfatiza, não obstante, uma história dos etnônimos, palmilhada por Edilene Coffaci de Lima.

Ainda na esteira da historicidade dos modos nominativos e atributivos, Lorena Córdoba e Diego Villar se detêm sobre os grupos pano da alta Amazônia boliviana. Os autores decodificam as estruturas de nominação interétnica referentes ao Chacobo, Pacaguaras e Caripuna, desde o século XVIII até o século XX. Sem que trate de uma população estável e precisa, as categorias operam por passagens de umas às outras: por meio de contrastes reversíveis (índios selvagens e civilizados, por exemplo), de forma orientada e circunscrita, mas certamente contextual e continuamente transformativa. Por seu turno, Isabelle Combés deleita-se com o quebra-cabeça colocado pela etnonímia do Chaco, empenhada, na bela expressão da autora, em “emaranhar suas nações e demonstrar a vaidade de toda classificação clara” (:100). Interessada nos esquivos e misteriosos Moros do Chaco Boreal, Combés recupera as diferentes classificações indígenas sobre essas pessoas. Fica então evidente a maneira como os nomes indígenas não refletem a essência de um grupo, refratários como são à perspicuidade que o panorama étnico pressupõe: causa de fortes dores de cabeça aos etnólogos.

No que se refere à lógica concêntrica que define as relações de alteridade entre os Wayãpi, Silvia Macedo desestabiliza não só seu mínimo divisor comum, o grupo local, como também o seu limite externo, os não-índios. O primeiro, ponto de partida para o mapeamento dessas relações, é, por definição, relacional e menos uno do que se imaginaria; e tão pouco o segundo pode agora ser entendido como restrito à exterioridade extrema. Isso porque, a cada momento histórico, cada grupo define quem são os seus outros. Mesmo se tratando de contingentes relacionais e contextuais, Macedo procura explorar o paradoxo da necessidade lógica de identidades para pensarmos as alteridades ameríndias. Sem resolvê-lo, a autora indica sutilmente uma forma de habitá-lo: considerar essas identidades (ou culturas), à maneira de Lévi-Strauss, como “*écarts significatifs*”.

É por meio desses “olhares descentrados” (análogos à ambição antropológica, conforme o inspirador prefácio de Phillipe Erickson) que, das expressões míticas Ye’kuana, Karenina Andrade extrai o sentido de suas relações interétnicas. Nas imagens invertidas associadas a seus outros (Mawiiisha, Maaku, Sanuma e ladanaawi), à guisa de um jogo de espelhos, os Ye’kuana constroem sua própria figura de identidade. De outro modo, e como uma mão que atravessa o espelho para escalar aquele defronte, retemos a imagem dos Pilagá e Nivaclé do médio Pilcomomayo. Entretidos em guerras endêmicas entre as décadas 1880 e 1910, angariavam de forma ineludível os exploradores brancos contra seus inimigos indígenas. De acordo com Bossert, Braustein e Siffredi, trata-se de anéis que se transformam, nas décadas seguintes e principalmente durante a guerra do Chaco (1932-1935), em aliança e convivência nas missões anglicanas. Neste tempo, as nacionalidades funcionaram como um modo catalisador das vinganças, e, todavia, conservavam a sutil hierarquia dos scalps: caso em que a cabeça dos oficiais valiam mais que a dos soldados.

Neste mesmo panorama bélico, vimos historicamente mapeada a extensão territorial dos Tupi-Kawahiva no sul do Amazonas e no atual estado de Rondônia. Neste mapeamento, Edmundo Peggion encontra configurações políticas onde as dissensões - e a consequente multiplicação das aldeias - ocorrem mesmo no interior dos grupos locais. Com isso, o autor mostra a possibilidade de criação incessante da alteridade num espaço relacional mínimo, onde cabeças de inimigos, mulheres a serem trocadas, bem como líderes de grupos locais, se conjugam perfazendo uma geografia misteriosa - perseguida pelo autor em seus arcaibouços estruturais. Geografia relacional igualmente surpreendente é aquela revelada por Laura Pérez Gil para o caso Yaminawa. À moda dos baqueanos panos interfluviais, Pérez Gil registra não só a inadequação da ideia de contato como um episódio pontual e único, como também a circunstância estonteante na qual a aproximação do mundo dos brancos desembocou em empréstimos de conhecimentos e habilidades tipicamente indígenas. Foi na relação com os Ashaninka, constituídos como ponto de fuga nas sucessões de alteração, que os Yaminawa *civilizaram-se*: processo que implicou (e implica) menos estados permanentes do ser que capacidades sempre perseguidas.

Sob um diferente aporte e concentrando-se no registro da genderização dos pontos de vista no conhecimento do Outro, Clarice Cohn revela com riqueza de detalhes o engajamento das mulheres xikrin na criação do parentesco e da beleza, o que se dá através do cuidado e interesse na diversidade de suas roças e cultivares. Signos do trabalho feminino, de sua biografia e história, a configuração das roças depende dos conhecimentos e habilidade de cada mulher como agricultora, o que inclui primordialmente sua capacidade em obter de Outros novas espécies e sementes. Assim, conquanto as relações masculinas de alterização se desdobrem principalmente no contato com o “exterior”, não é sem surpresa que descobrimos que uma parcela importante da criatividade se expresse no espaço doméstico e nas atividades cotidianas, sob a égide feminina.

A partir de diferentes figuras de alteridade, em Apolo (La Paz), Francis Ferré elege como ferramenta heurística a análise das danças na festa padroeira. O olhar atento às participações dos grupos sociais na celebração revela a singularidade dessa área do piemonte boliviano, entre os Andes e a Amazônia - sem, entanto, poder ser capturado

por alguma caracterização que remeta exclusivamente a dessas regiões. Entre vaqueiros, campesinos e indígenas, a dança projeta as atuais reflexões e querelas relativas à *pertença ancestral*, no contexto da segunda reforma agrária boliviana (lei INRA) e da atribuição étnica das Terras Comunitárias de Origem.

É precisamente nos espaços ritualizados e nos intercâmbios que neles têm lugar, que Pedro Lolli detém sua descrição acerca dos Yuhupdeh, no Alto Rio Negro. A noção de rede aberta e ilimitada mostrou-se propícia aos desdobramentos desvelados a partir de um dabucuri - oferecimento ritual de comida entre grupos afins -, que incluía a exibição das flautas sagradas Jurupari. Essas flautas recebem o nome do clã a quem pertencem e são, nas expressões de Lolli, *elos de criação de um espaço compartilhado de ontologia sociocósmica*, pelos diferentes clãs e grupos que compõem o Alto Rio Negro - onde, não obstante, os Yuhupdeh ocupam um lugar hierárquico menor.

Através de atribuições de prestígio, mas sem necessariamente prescrever hierarquias, na busca de poder e recursos em âmbito nacional, os Moscovi adjetivam os Toba como *irmãos indígenas* - não obstante também os qualifiquem como perigosos inimigos e traidores. Alejandro López etnografa a ambivalência das relações entre esses povos no campo indígena do Chaco, as quais convergem em diversos espaços - da Igreja aos meios de comunicação, passando por associações políticas. Espaços pontuados por combates míticos, sinais linguísticos de alteridade e monopólios de representação: elementos ondulares das fronteiras que ora os dividem, ora os conjugam.

Igualmente considerado por Pablo Sendón um espaço de limites a serem quedados, o distrito peruano de Marcapata nos convida a explorar a vitalidade de um importante corpus mitológico dos Andes Centrais. Por meio do mito dos Ch'ullpas, ancestrais selvagens anteriores aos incas e erráticos sobreviventes de uma hecatombe, são feitas alusões à relatividade da condição humana. Trata-se do registro de uma inexaurível pré-humanidade "difícil de segurar" sob as perspectivas chipaya e aymará, representantes da condição humana atual. As versões míticas contrapõem dois polos de sentido acerca do humano - suas possibilidades e impossibilidades metafísicas (por vezes tipificadas pelos Chunchus) - em movimentos pendulares que enfatizam a simultaneidade dos contrastes e a inadequação de rasgaduras que os tornem independentes e exclusivos.

Como fechamento do volume, Marina Vanzolini acompanha no Alto Xingu a complexidade dos movimentos de duração e variação contínua do parentesco aweti. Por meio da incidência da feitiçaria são demonstradas não só a problemática unidade altoxinguana, mas a ênfase na afinidade como detonador do feitiço. Do pacifismo apregoado às acusações de feitiçaria, da endogamia de grupo local aweti (modo menos perigoso de se estabelecer uma relação) à recorrência de contendas intra-aldeãs. Se o reconhecimento como parente é tudo que se precisa para efetivamente ser parente, é na perversão do jogo de distanciamentos e aproximações - e da circulação de bens e pessoas - que as flechas de feitiçaria invadem e acessam abusivamente o corpo de outrem.

Enfim, em todos esses casos a noção de alteridade está sob suspeita, e propensa a suspender a si mesma (pelos próprios cabelos, como Barão de Münchhausen). Ao ver-se projetada pelos mundos indígenas, sua própria atividade é como muitas partículas de poeira num fundo suficientemente obscuro, somente iluminado pelo fazer e desfazer das formas que engendra. A despeito de seu poder descritivo relacional, tais formas escapam tão logo

são capturadas, numa imagem comparável àquela em que Ítalo Calvino - em *Seis Lições Para o Próximo Milênio* - retrata os poemas de Guido Cavalcanti: “Tudo se move tão rapidamente que não podemos nos dar conta de sua consistência, mas apenas de seus efeitos” (1990: 27).

Resenha originalmente publicada no *Journal de la Société des Américanistes**, a quem agradecemos a autorização para republicação em português.

* Coffaci de Lima, Edilene & Córdoba, Lorena (eds), Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia Sul-Americana, Ed. UFPR, Curitiba, 2011, 274 p., réf. dissém., ill., cartes". Resenha de Soares-Pinto, Nicole, Traduit du portugais (Brésil) par Philippe Erikson. Journal de la Société des Américanistes, (au siège de la Société Musée du Quai Branly), Tome 99-1, Paris, 2013, pp. 211-216.

Recebido em 18/02/2014
Aprovado em 17/07/2014

Nicole Soares Pinto é Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).